

CDU 331.6(812/814)



DESEMPREGO E SUBEMPREGO NO NORDESTE: 1985-2000

Morvan de Melo Moreira

Economista e demógrafo da Fundação Joaquim Nabuco

INTRODUÇÃO

O incremento populacional nordestino entre 1970 e 1980 foi da ordem de 6,7 milhões de pessoas, aproximadamente igual a toda a população recenseada em 1980 na Região Centro-Oeste (7,5 milhões de habitantes) e maior do que o contingente humano que habitava a Região Norte (5,9 milhões de pessoas) por ocasião daquele censo.

Crescendo 2,2% ao ano, inferior à média nacional que foi de 2,5% ao ano, a Região Nordeste, paulatinamente, perde expressão em sua participação na população brasileira. Mesmo assim os nordestinos representam quase 30% do total da população do país, só sendo menos numerosos do que a população do Sudeste.

O declínio da fecundidade nos anos setenta e, mais particularmente, a persistência da emigração são os fatores responsáveis pelo menor crescimento populacional da Região.

Simultaneamente, não foram observadas modificações substanciais no quadro da pobreza nordestina no decênio de setenta. O Nordeste continuou a apresentar índices bastante precários no que diz respeito às condições de vida de sua população.

Assim, é observado que o Nordeste tem a mais desigual distribuição de renda do país. É no Nordeste que são encontrados os mais altos níveis de desnutrição, bem como a maior proporção de analfabetos. É, também, infelizmente, na Região que se encontram as mais altas taxas de mortalidade do país, entre as quais ressalta-se a da mortalidade infantil que, em 1980, era superior a 100 por mil, mais do que o dobro da que ocorre na Região Sudeste. Doenças infecciosas e parasitárias, passíveis de redução por tratamento preventivo e melhoria de condições sanitárias, respondiam por 1/3 dos óbitos dos menores de 1 ano.^{9, 11}

Este conjunto parcial de indicadores, que revela a precariedade do quadro social do Nordeste, é o espelho da pobreza e das condições de vida da população nordestina.

Dos 11,5 milhões de trabalhadores engajados na População Economicamente Ativa (PEA), recenseados em 1980, 49% dos quais na atividade primária e 36% no setor terciário, mais da metade tem rendimento médio mensal inferior a 1 salário mínimo e 11% não auferem nenhum rendimento. Desses 11,5 milhões estima-se que 23% estejam na condição de subemprego visível — trabalhan-

do menos de 40 horas por semana – e 65% em subemprego invisível – recebendo menos de 1 salário mínimo mensal, evidentemente com predominância no setor primário. 9,11

Dentro desse quadro, é óbvio que o resgate da pobreza do Nordeste passa, necessariamente, por uma política de emprego e renda, uma vez que a evolução recente da Região mostra que o crescimento econômico acelerado observado na última década não trouxe, automaticamente, a melhoria das condições de vida da população. 9, 10

É objetivo desse trabalho estimar o volume absoluto da população desempregada e subempregada no Nordeste no período 1985-2000 tendo em vista a provável evolução da População Economicamente Ativa, supondo que não haja mudança nas atuais taxas de desemprego e subemprego.

Para tanto são utilizadas as estimativas de População Economicamente Ativa (PEA) efetuadas pela Fundação Joaquim Nabuco, 4, 5 e os coeficientes de subemprego estimados a partir dos dados do censo de 1980. 9, 11

Na seção que se segue são avaliados os conceitos de emprego e desemprego utilizados nos levantamentos censitários e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD e evidenciada a inadequação do conceito de desemprego para mensurar a real situação da população. Sugere-se que a proporção da população que trabalha até 39 horas semanais – subemprego visível e aquela com rendimento até 1 salário – subemprego invisível – dão uma visão mais apurada das precárias condições de vida da PEA regional.

Na seção 3 são apresentadas as estimativas do desemprego nordestino entre 1985 e 2000 tendo como base a evolução da população em idade ativa, o comportamento das taxas de atividade, e em consequência, a variação da População Economicamente Ativa, a qual, combinada à hipótese de manutenção das atuais taxas de desemprego e subemprego dá o volume absoluto de desempregados e subempregados, no período.

Os resultados mostram que, dependendo das hipóteses de variação da população em idade ativa e das taxas de atividade, se forem mantidos os níveis de desemprego aberto revelados pelo censo de 1980, entre 200 e 320 mil trabalhadores não encontrarão emprego no ano 2000; mesmo não se considerando a subestimação do nível de desemprego aberto resultante do conceito e dos procedimentos utilizados para mensurar o nível de emprego.

Por outro lado, dependendo dessas mesmas hipóteses quanto à evolução da População Economicamente Ativa, taxas de atividades e níveis de subemprego, projeta-se que entre 10 e 12,6 milhões de trabalhadores nordestinos, no ano 2000, estarão recebendo menos do que 1 salário mínimo e entre 3,5 e 4,5 milhões estarão trabalhando menos do que 40 horas semanais, se não mudarem as condições evidenciadas no censo de 1980.

Confrontado com os resultados dos últimos 30 anos, que mostram que o total de trabalhadores que, de qualquer forma, se engajou em uma atividade econômica, e daí derivou sua sobrevivência cresceu de aproximadamente 7 milhões de pessoas, tem-se, ao lado do sombrio quadro da situação ocupacional e de vida da população da Região, o esforço que se faz necessário empreender para que o já grave quadro social seja revertido.

1. MEDIDAS DE DESEMPREGO

As medidas do nível de emprego utilizadas no país têm-se mostrado insatisfatórias para refletir a real situação do mercado de trabalho nacional, uma vez que são derivadas de formulações teóricas que têm em conta, principalmente, a realidade dos países desenvolvidos.^{6,8}

Se estas medidas são inadequadas para apreender as especificadas do mercado de trabalho das nações menos desenvolvidas, mais se pode ainda dizer de sua inadequação na apreensão da realidade nordestina.

A mostra mais convincente da inadequação dos conceitos utilizados para análise da situação do mercado de trabalho é dada pela flutuação da taxa de desemprego aberto durante os anos recentes da crise. Na tabela 1 são apresentadas as taxas de desemprego das Regiões Metropolitanas consideradas na Pesquisa Mensal de Emprego – PME, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.^{1,2} Observe-se que na recente crise econômica a taxa média de desemprego aberto, qual seja a proporção dos desocupados em relação à PEA, na Região Metropolitana do Recife girava em torno de 8,5%.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) um indivíduo estará ocupado se: 1) exerceu qualquer tipo de trabalho remunerado regular ou esporádico no período de uma semana; 2) não trabalhou na semana de referência, mas exerce de forma regular – pelo menos uma vez por semana – algum tipo de trabalho remunerado, estando incluídos nesta categoria trabalhos realizados concomitantemente aos afazeres domésticos; 3) exerce uma ocupação econômica, sem remuneração, desde que se dedique a ela pelo menos 15 horas na semana. Nesta ocupação econômica, são consideradas tanto as atividades de ajuda a atividades beneficentes, religiosas, etc. quanto a ajuda em negócios da família.

Com tal abrangência na apuração da condição de emprego, é fácil entender por que são tão baixas as taxas de desemprego aberto estimadas pela Pesquisa Mensal de Emprego. Assim, se desempregado é aquele indivíduo de 15 anos e mais que, não estando ocupado, tenha procurado trabalho na última semana, dificilmente serão encontradas taxas de desemprego elevadas, por uma série de fatores que têm a ver com a impossibilidade da população manter-se afastada do mercado de trabalho por período relativamente amplo, enquanto não encontra emprego de acordo com suas qualificações. Em uma situação de inexistência de qualquer sistema de seguro-desemprego que garanta a sobrevivência temporária do trabalhador afastado do mercado de trabalho, e onde são escassas as oportunidades de emprego, o trabalhador, por uma questão de sobrevivência, tem que se engajar em qualquer atividade que se lhe abre, de forma a garantir a sua remuneração. Dessa maneira, o real nível de desemprego fica encoberto pelo exercício de atividades de auto-ocupação e ou de trabalhos precários e/ou temporários no aguardo de trabalho definitivo.*

Adicionalmente, mesmo que o seja em termos residuais, o conceito de inativo, que é o que considera “aqueles que não trabalham e não procuraram trabalho na última semana”, inclui toda uma sorte de trabalhadores potenciais que deixaram temporariamente de procurar trabalho por uma série de circunstâncias (doença, problemas pessoais, etc.). Ainda mais, ao restringir o período de procu-

* Por ocasião da elaboração desse trabalho ainda não tinha sido instituído o seguro-desemprego.

TABELA 1
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO SEGUNDO REGIÕES
METROPOLITANAS NO MÊS DE ABRIL
1980-1986

Regiões Metropolitanas	Período de referência: Semana						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
São Paulo	5,78	7,78	6,45	7,30	7,49	6,00	4,06
Rio de Janeiro	7,51	8,94	6,93	6,59	7,33	5,55	3,71
Belo Horizonte	8,51	9,69	7,21	8,13	8,94	6,45	4,33
Porto Alegre	4,61	6,48	5,95	7,08	8,19	6,15	5,01
Salvador	—	9,78	6,86	5,77	7,86	6,25	4,96
Recife	—	8,97	8,29	8,92	8,59	8,47	5,25

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE 1/L 2/L

ra de trabalho a uma semana, fica ampliada enormemente a possibilidade do indivíduo temporariamente ter-se afastado da procura de trabalho. Os trabalhadores desalentados incorporados ao rol dos inativos e os desempregados que realizam trabalho precário, incluídos entre os ocupados, distorcem a realidade do nível de desemprego, o qual é subestimado pela Pesquisa Mensal de Emprego. *

A Pesquisa Mensal de Emprego pouco difere em sua conceituação geral da do Censo de 1980. Assim, de acordo com o Censo Demográfico de 1980: "Compõem a População Economicamente Ativa as pessoas que, durante os 12 meses anteriores à data do censo ou parte deles, exerceram trabalho remunerado em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsa de estudos, etc., e as sem remuneração que trabalham habitualmente 15 horas ou mais por semana, numa atividade econômica, ajudando as pessoas com quem residiam ou a instituição de caridade, beneficente ou de cooperativismo, ainda, como aprendizes, estagiários, etc. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos ou mais que, nos últimos 2 meses anteriores à data do censo, houvessem tomado alguma providência para encontrar trabalho".

A forma pela qual a informação sobre ocupação da população em idade ativa (10 anos ou mais) foi obtida pelo censo de 1980, por meio da pergunta inicial se a pessoa *trabalha*, ao contrário do censo de 70 que era se a pessoa *não trabalha*, permite que as pessoas se autotclassifiquem como trabalhadoras, particularmente no que diz respeito às mulheres que compatibilizam as tarefas domésticas com outras atividades remuneradas ou não. O mesmo se pode dizer a respeito dos jovens e velhos, assim como mulheres, na atividade agrícola.

A consequência dessa forma de obtenção de informação sobre a População Economicamente Ativa é a de ampliar artificialmente seu volume e em consequência a sua taxa de crescimento. Assim, passou de 30,2, em 1970, para 43,8 milhões em 1980, a População Economicamente Ativa brasileira, ou seja, um aumento anual da ordem de 3,2% que contrasta fortemente com os 1,5% da década anterior.

Como já foi referido, a maior ampliação dá-se ao nível da população feminina: as mulheres, que em 1970 representavam pouco mais de 10% da População Economicamente Ativa, ampliaram sua participação para 20%, em 1980.

O rápido crescimento da PEA e os baixos níveis de desemprego aberto encobrem a verdadeira situação do mercado de trabalho nordestino.

Para que se tenha uma real dimensão da gravidade do quadro sócio-econômico da População Economicamente Ativa do Nordeste, torna-se necessário quantificar o volume da mesma na condição de subemprego, qual seja, aquela situação própria das "pessoas para as quais a duração do trabalho não é anormalmente reduzida, mas cujas rendas são anormalmente baixas, ou que ocupam um emprego que não permite a plena utilização de suas capacidades ou de suas qualificações" (OIT. Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho. Genebra, 1966).¹¹

* Foi tendo em vista tais deficiências que a Fundação IBGE com o apoio da Fundação SEAB iniciou modificações na forma de obtenção de informações sobre emprego na Pesquisa Mensal de Emprego.

Os dados censitários não permitem a mensuração do nível do subemprego de acordo com a definição acima.

A aproximação do nível de subutilização da força de trabalho faz-se por meio do número de horas trabalhadas e/ou pelo nível de rendimento. Considera-se que as pessoas que trabalhavam até 39 horas semanais como *subemprego visível*, enquanto as que percebiam até 1 (um) salário mínimo mensal na ocupação principal como *subemprego invisível*. Consideradas tais definições de subemprego, as taxas de subemprego visível e invisível são aquelas apresentadas à tabela 2.

TABELA 2
REGIÃO NORDESTE E BRASIL
TAXAS DE SUBEMPREGO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
POR SETOR DE ATIVIDADE

	Em percentagem	
TAXAS DE SUBEMPREGO	BRASIL	NORDESTE
Subemprego Visível *		
Total	15,5	22,9
Primário	17,6	24,8
Secundário	5,3	11,6
Terciário	19,9	25,1
Subemprego Invisível **		
Total	37,8	64,9
Primário	66,3	82,4
Secundário	18,3	46,0
Terciário	29,2	47,7

FONTE: SUDENE. 9,11

* Proporção da PEA com até 39 horas de trabalho semanais.

** Proporção da PEA com rendimento até 1 salário mínimo (inclusive sem rendimento).

Observe-se como o subemprego é elevado na Região Nordeste. Medido pelo lado do número de horas trabalhadas, 23 em cada 100 trabalhadores nordestinos têm uma jornada semanal de trabalho inferior a 40 horas. Em relação à média nacional essa taxa é quase 50% mais alta.

Mais grave do que a extensão da jornada de trabalho é a proporção da População Economicamente Ativa que auferem rendimento médio mensal inferior a 1 salário mínimo. Na Região Nordeste, 65 de cada 100 trabalhadores que foram recenseados em 1980 estavam nessa condição, enquanto que no Brasil como um todo essa proporção era de 38 em cada 100.

Considere-se que tão elevada proporção não é própria apenas do setor primário onde 82% dos trabalhadores recebiam até 1 salário mínimo. Mesmo no

setor secundário quase a metade dos trabalhadores situam-se no patamar do rendimento até 1 salário mínimo. Confronte-se essa proporção com a média nacional e com a proporção de trabalhadores em igual situação no setor terciário e tem-se uma dimensão precisa do nível de pobreza da População Economicamente Ativa nordestina e quanto disseminada é a prática de sub-remuneração da mesma.

Não é entretanto elevada a taxa de desemprego no Nordeste. De acordo com as estatísticas provenientes do censo demográfico de 1980, a taxa de desemprego é da ordem de 1,9% da População Economicamente Ativa, igual à média nacional.⁹ É evidente que essa taxa está fortemente subestimada pelas razões já apresentadas.

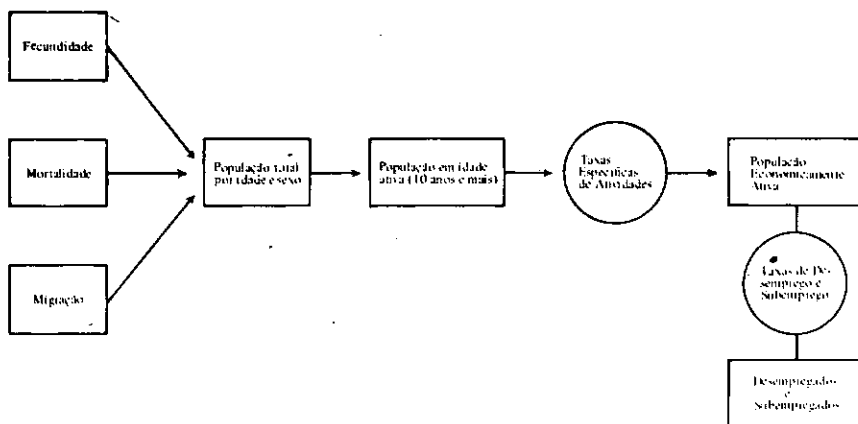
É tendo em vista tais restrições que se estima o volume do desemprego e do subemprego da População Economicamente Ativa do Nordeste no período 1985-2000.

2. ESTIMATIVA DO DESEMPREGO E SUBEMPREGO NORDESTINO ENTRE 1985-2000

O volume do desemprego da população nordestina foi obtido pela conjugação das hipóteses de comportamento futuro da População Economicamente Ativa com a hipótese de manutenção da taxa de desemprego aberto e subemprego evidenciadas pelo censo 1980.

A população nordestina economicamente ativa foi projetada por meio das estimativas da população em idade ativa, por idade e sexo, aplicando-se sobre a mesma as taxas projetadas de atividades por idade e sexo.

A população por idade e sexo foi, por sua vez, projetada de acordo com hipóteses de comportamento provável de fecundidade, mortalidade e migrações nordestinas. Esquemáticamente:



2.1. Estimativa da População em Idade Ativa

A população em idade ativa, qual seja a população de 10 anos e mais, resulta da projeção da população total recenseada em 1980 por sexo e grupos quinquenais de idade efetuada pela Fundação Joaquim Nabuco.

A metodologia utilizada foi a do método das componentes adotando-se diferentes hipóteses quanto ao comportamento da fecundidade, da migração e da mortalidade. 4, 5, 7

Para a formulação das hipóteses, com relação à mortalidade, observou-se que há uma tendência à convergência nos níveis de mortalidade regionais, à exceção da Região Nordeste que apresenta altos níveis de mortalidade e, nesse sentido, espera-se que nos próximos decênios reduza-os mais rapidamente. Hipotetizou-se, então, a convergência dos níveis regionais de mortalidade para a média nacional (70 anos de esperança de vida ao nascer, no ano 2000), adotando como sendo de 65,8 anos a esperança de vida nordestina no quinquênio 1995-2000.

Os níveis de mortalidade dos quinquênios intermediários foram obtidos por meio de uma interpolação logística entre o valor 51,3 anos (esperança de vida nos anos oitenta) e 65,8 anos, supondo-se que com o passar dos anos, pelo menos para os decênios futuros próximos, ampliar-se-ia a diferença entre sexos, favorável à menor mortalidade feminina.

Obtidas as estimativas dos níveis de esperança de vida ao nascer por sexo, escolheu-se o padrão de mortalidade por sexo e idade expresso pelas tábuas modelo de mortalidade Brasil, uma vez que a análise derivada dos dados do registro civil, no período 1976-1980, mostrou que era esse conjunto de tábuas que melhor representava o padrão de mortalidade nordestina.

Por meio de interpolação linear foram obtidas as tabelas de mortalidade das quais foram derivadas as funções mortalidade necessárias ao cálculo das probabilidades de sobrevivência em cada um dos quinquênios e, a partir daí, estimada a população sobrevivente.

Com relação à fecundidade, tendo em vista o peso que a mesma exerce sobre o comportamento futuro da população e o complexo de fatores com os quais interage, fez-se necessário ampliar o número de hipóteses quanto à sua variação temporal.

Considerando o decréscimo recente na fecundidade da mulher nordestina mas, mesmo assim, ainda ser elevado tal índice, duas hipóteses foram formuladas.

A primeira hipótese, H1 – alta fecundidade, postula a manutenção do nível e do padrão de fecundidade dos anos setenta.

A segunda hipótese, H2 – baixa fecundidade, considera uma substancial redução do nível da fecundidade que, no período 1995-2000, situar-se-á próximo ao nível de reposição, uma vez que atingirá a 3,5 filhos por mulher.

Os índices de fecundidade dos quinquênios intermediários foram obtidos mediante o ajuste de uma logística, o que significa dizer que ao longo dos quinquênios seriam observadas reduções decrescentes nos níveis da fecundidade.

Os padrões de fecundidade foram estimados por meio de uma função linearizada de Gompertz, tomando-se como condições iniciais os padrões de fecundidade das décadas de sessenta e setenta.

Para a hipótese II, redução do nível de fecundidade, como padrão a ser atingido no quinquênio 1995-2000, adotou-se o suposto de que a experiência da fecundidade da mulher nordestina seria a mesma da população brasileira no período 1980-85, quando o IFT era de 3,4 filhos por mulher.

Desde que em populações abertas, como é o caso da Região Nordeste, a migração tem importância significativa sobre a dinâmica demográfica, foram consideradas duas hipóteses quanto à migração:

Hipótese I – o nível e padrão de migração observado na década de setenta permanece constante até o ano 2000;

Hipótese II – há uma redução progressiva das taxas de migração de forma que no ano 2000 a taxa líquida de migração seja igual à metade da constatada para os anos setenta.

Uma vez conhecidos os níveis e padrões da fecundidade, mortalidade e migração foram obtidos quatro conjuntos de estimativas quinquenais da população nordestina por idade e sexo, pela combinação da única hipótese sobre a mortalidade com as duas hipóteses de fecundidade e as duas hipóteses de migração.

A tabela 3 apresenta os resultados das estimativas da população total segundo estas quatro hipóteses.

TABELA 3
REGIÃO NORDESTE
ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO TOTAL POR HIPÓTESES
1985-2000

Em 1000 pessoas				
ANO	HIPÓTESE I	HIPÓTESE II	HIPÓTESE III	HIPÓTESE IV
1985	38.106,6	36.831,4	38.937,1	37.099,7
1990	42.296,8	38.894,7	43.954,1	39.832,3
1995	47.313,6	41.056,9	50.235,8	42.977,6
2000	53.039,0	43.320,8	58.705,0	46.755,8

FONTE: FUNDAJ.⁵

Hipótese I – Fecundidade e migração aos níveis de setenta.

Hipótese II – Declínio da fecundidade com migração aos níveis de setenta.

Hipótese III – Fecundidade aos níveis de setenta e migração reduzida à metade.

Hipótese IV – Declínio da fecundidade e migração reduzida à metade.

Em todas as hipóteses a mortalidade declina de tal forma que a esperança de vida ao nascer, no ano 2000, seja de 65,8 anos.

Alguns fatos merecem consideração quanto ao comportamento da população total e que têm importância quanto à população em idade ativa.

A importância relativa da queda da fecundidade amplia com o passar do tempo e as diferentes hipóteses sobre o seu comportamento resultam em diferenças substantivas nas estimativas de população. Assim, mantido o atual nível e padrão de fecundidade, ao final do século, a população nordestina superará a casa de 50 milhões de pessoas. Houvesse uma queda acentuada na fecundidade e essa população seria de 43 milhões.

O efeito migratório é visualizado a partir das diferenças das estimativas populacionais das hipóteses I e III. Se a migração nordestina fosse reduzida à metade daquela observada na década de setenta, a população regional, na virada do século, alcançaria quase 60 milhões de pessoas.

Comparando os resultados das hipóteses II e III com a hipótese I fica evidente quanto à queda da fecundidade será significativa para a variação futura do contingente demográfico nordestino. Enquanto que se estima que pela queda da fecundidade haveria uma redução da ordem de quase 10 milhões de pessoas no efetivo populacional nordestino no ano 2000, o declínio do fluxo líquido migratório negativo faria aumentar em apenas 10% o volume populacional residente no Nordeste.

O efeito combinado de uma queda na fecundidade e do fluxo migratório resultaria em uma redução da população nordestina da ordem de pouco mais de 10% daquela que existiria no ano 2000, se tanto o nível como o padrão da fecundidade e migração da década de setenta permanecessem constantes.

É significativo chamar-se a atenção que as estimativas populacionais apresentam diferenças significativas entre si, notadamente as que incorporam a queda da fecundidade em relação às de variação migratória, uma vez que estas duas variáveis têm efeitos opostos. Dessa maneira, a menor diferença é exatamente entre a hipótese II (queda da fecundidade) e III (redução do fluxo migratório negativo).

As taxas de crescimento implícitas em cada uma das hipóteses são respectivamente: 2,3; 1,1; 2,7; e 1,6% ao ano.

2.2. Estimativa da População Nordestina Economicamente Ativa

Uma vez obtidas as populações em idade ativa por idade, faz-se necessário analisar a evolução provável da participação da população de 10 anos e mais nas atividades econômicas, de forma a se estimar a evolução da População Economicamente Ativa.

Já chamamos a atenção de como o conceito de População Economicamente Ativa, e também a forma de enumeração da mesma por ocasião do censo de 1980, resultam em uma População Economicamente Ativa superestimada, principalmente a feminina, e em consequência subestimado o nível de desemprego.

Para as projeções das populações economicamente ativas das regiões brasileiras foram tomadas as estimativas de população II e IV da população regional, as quais foram combinadas às duas hipóteses sobre o comportamento futuro das taxas específicas de atividade por idade da população em idade ativa.*⁵

* *A taxa específica de atividade é a relação entre a População Economicamente Ativa e a população total de um determinado grupo etário e sexo.*

A primeira hipótese quanto ao comportamento das taxas específicas de atividade por idade considera que ficarão constantes até o ano 2000 as taxas de participação da população nas atividades econômicas, conforme o revelado pelo censo de 1980.

A segunda hipótese supõe que o nível e o padrão de participação na atividade econômica, no ano 2000, resultaria de transformações lineares do padrão de 1980. Os fatores transformadores das taxas específicas de atividade seriam aqueles mesmos que, de acordo com Durand, fazem com que o padrão de participação denominado por ele de nível III se transforme em nível V. 4, 5

Cabe nesse momento uma breve digressão sobre os níveis de participação formulados por Durand, utilizados nas estimativas da FUNDAJ.

Analisando o comportamento das taxas específicas de atividade por sexo e idade em 84 países, no período pós-guerra, Durand encontrou que era possível classificá-las de acordo com os níveis de desenvolvimento dos países, tomando-se em consideração o consumo *per capita* de energia e a participação do emprego não agrícola no emprego total. Da associação entre estes indicadores e as taxas de atividade por idade da população masculina, foram considerados 5 níveis, em escala crescente de desenvolvimento, e decrescente em termos de taxas de atividade dos grupos com menos de 20 anos e mais de 45 anos, especialmente 65 anos e mais. As taxas centrais permanecem elevadas, e muito semelhantes entre si.

Na análise da participação feminina não se encontrou um padrão uniforme de variação nas taxas entre o nível I (o mais baixo) e o nível V (o mais alto). Assim, entre o nível I e III há redução nas taxas de atividades das idades extremas, como é o caso da população masculina, mas, entre o nível III e V há um aumento, com o agravante adicional da exceção do grupo 65 anos e mais que decresce entre o nível IV e V. Quanto às idades centrais foi encontrado que, na maioria dos países, as taxas declinaram quando se passa do nível I para o III e aumentaram entre este e o nível V.

Em termos de níveis referentes à população masculina, o Brasil encontrava-se, em 1980, no nível III, o mesmo acontecendo quanto à população feminina, apenas a um nível ligeiramente superior ao III (o nível III é aquele onde a participação feminina é a mais baixa). O Nordeste foi também classificado no nível III.

As estimativas das taxas específicas de atividade no período 1980-2000, na hipótese II, foram obtidas, conforme já salientado, pela transformação linear das taxas de ocupação da população levantadas pelo censo de 1980, utilizando-se como multiplicador para a estimativa do ano 2000 as razões entre os níveis V e III de Durand. No caso da população feminina considerou-se tão-somente 2/3 dessa variação vez que as taxas específicas de atividade feminina situam-se ligeiramente acima do nível III, desaconselhando, portanto, a utilização integral da razão entre os dois níveis. Some-se ainda a observação de serem baixos os níveis de participação feminina no país.

Pela combinação das duas hipóteses quanto ao comportamento da população total com as duas hipóteses quanto ao padrão de participação da população nas atividades econômicas, a População Economicamente Ativa do Nordeste, no período de 1985-2000, é aquela apresentada na Tabela 4.

TABELA 4
REGIÃO NORDESTE
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR HIPÓTESES
1985-2000

Em 1000 pessoas

ANO	HIPÓTESE I	HIPÓTESE II	HIPÓTESE III	HIPÓTESE IV
1985	11.695,6	11.771,5	12.142,3	12.224,1
1990	12.930,8	13.247,3	13.976,2	14.393,6
1995	14.234,6	14.843,3	16.042,1	16.801,9
2000	15.514,3	16.459,9	18.142,4	19.428,3

Fonte: FUNDAJ: 5

Hipótese I – Taxas líquidas específicas de migração constantes aos níveis de 70/80. Taxas específicas de atividade constante aos níveis de 80.

Hipótese II – Taxas líquidas específicas de migração reduzidas em 50% . Taxas específicas de atividade constantes aos níveis de 80.

Hipótese III – Taxas líquidas específicas de migração constantes aos níveis 70/80. Taxas específicas de atividade com variação média até o nível V.

Hipótese IV – Taxas líquidas específicas de migração reduzidas em 50% . Taxas específicas de atividade com variação média até o nível V.

Em todas as hipóteses a mortalidade declina tal que a e_0^o em 2000 seja de 65,8 anos e fecundidade reduz-se de forma que o IFT no ano 2000 seja de 3,5 filhos por mulher.

São substanciais as diferenças entre as quatro hipóteses, particularmente quando se consideram as duas hipóteses extremas, I e IV. A hipótese I é a simples extrapolação quantitativa da participação da PEA nos anos setenta. A hipótese IV é o resultado da variação populacional advinda do crescimento vegetativo (que é comum a todas quatro hipóteses) ampliada pela redução na migração, à qual se soma ainda, transformação nos padrões de participação da população nas atividades econômicas.

Em conseqüência das tendências projetadas de evolução da População Economicamente Ativa, a Região Nordeste deverá perder participação na PEA nacional passando dos 26% em 1980 para valores entre 23 e 24%.

Qualquer que seja a hipótese de comportamento futuro, entre essas quatro hipóteses, haverá entre 1980 e 2000, um aumento da população nordestina economicamente ativa entre 4,1 (hipótese I) e 8,0 milhões de novos trabalhadores (hipótese IV), qual seja um crescimento médio anual da ordem de 1,6 e 2,8%, respectivamente.

Anote-se, apenas a título de ilustração, que o mercado de trabalho nordestino absorveu, sob as mais diversas formas (emprego efetivo e subemprego),

em média 200 mil trabalhadores por ano, nos últimos 20 anos. O significativo esforço que se há de fazer para absorver os novos contingentes de trabalhadores que adentrarão ao mercado de trabalho nos próximos 20 anos é evidenciado pelo fato de que, de acordo com as quatro hipóteses utilizadas nesse trabalho, o número médio de trabalhadores que adentrará o mercado, anualmente, ficará entre 200 mil e 410 mil trabalhadores.

3.3 O Nível Absoluto do Desemprego e do Subemprego Nordestino

Considerada a evolução da População Economicamente Ativa segundo as quatro hipóteses, e na suposição de que a taxa de desemprego aberto encontrada em 1980 permaneça constante, o volume absoluto de desemprego a ser encontrado no período 1985-2000 é aquele apresentado à tabela 5.

TABELA 5
REGIÃO NORDESTE
ESTIMATIVA DO NÍVEL DE DESEMPREGO ABERTO POR SEXO,
SEGUNDO QUATRO HIPÓTESES DE VOLUME DA PEA
1985-2000

		Em 1000 desempregados			
HIPÓTESE	SEXO	1985	1990	1995	2000
Hipótese I	H	163,9	181,2	198,7	215,3
	M	36,5	40,4	45,0	49,8
	T	200,4	221,6	243,7	265,1
Hipótese II	H	165,0	185,9	208,7	231,9
	M	36,7	41,2	45,9	50,6
	T	201,7	227,1	254,6	282,5
Hipótese III	H	163,5	180,3	197,4	215,3
	M	42,1	53,4	67,2	81,0
	T	205,6	233,7	264,6	296,3
Hipótese IV	H	164,6	185,0	207,4	230,0
	M	42,4	55,4	70,0	87,2
	T	207,0	240,4	277,4	317,2

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: FUNDAJ/DESTA⁵ e SUDENE.⁹

NOTA: Taxa de desemprego aberto em 1980:

Homens - 0,0190

Mulheres - 0,0119

Total - 0,0190

Em qualquer uma das hipóteses o contingente mínimo de desempregados na Região Nordeste ascenderá à 200 mil pessoas (em 1985) e o máximo de 317 mil (no ano 2000).

Tanto mais pela sua elevada taxa de crescimento do que pelo seu volume absoluto, a maior variação do nível do desemprego, entre 1985-2000, ocorrerá entre a população feminina caso venha a prevalecer as condições que definem a hipótese III, qual seja, a combinação de taxas constantes de migração e taxas específicas de atividade variando do nível III, de Durand, para o nível IV.

Em qualquer uma das hipóteses, a variação relativa no nível do desemprego declina com o passar do tempo, sendo que é sob as condições da hipótese IV que o acréscimo no desemprego é relativamente mais elevado. De acordo com aquela hipótese, a cada quinquênio, aumenta em torno de 15% o volume absoluto da população desempregada, o que implica dizer que em média, a cada cinco anos, aproximadamente, 20 mil pessoas se incorporam ao exército dos efetivamente sem emprego.

Vale a pena chamar a atenção mais uma vez que estes valores, por razões já expostas anteriormente, constituem uma substancial subestimação do nível de desemprego.

Mantidas as taxas de subemprego visível e invisível encontradas a partir dos dados do censo de 1980, aos desempregados efetivamente contabilizados como tal, dever-se-ia somar os subempregados constantes da tabela 6.

Para se ter uma dimensão do volume do subemprego no Nordeste, considerando-se tão somente o subemprego invisível que resultaria se esta taxa se mantivesse constante em torno dos 65% da População Economicamente Ativa, o total de trabalhadores nessa situação, no Nordeste, no ano 2000, seria, na hipótese mais baixa, bastante superior à População Economicamente Ativa da Região Centro-Oeste (5,1 milhões de trabalhadores) e Norte (4,3 milhões) tomadas conjuntamente, e maior do que a PEA estimada para aquele ano da Região Sul (8,7 milhões). Isto quando se considera a hipótese mais baixa de variação da PEA, dessas regiões. Caso contrário, a hipótese mais baixa de subemprego invisível no Nordeste seria superior à maior PEA estimada para o Centro-Oeste e Norte. Veja-se as estimativas da Fundação Joaquim Nabuco para as regiões brasileiras. 4

Desnecessário dizer quanto ao volume de população em condição de subemprego quando se toma a hipótese mais alta do volume da População Economicamente Ativa. Seria nada menos do que 12,6 milhões de nordestinos subempregados, volume este que só é menor do que a PEA da Região Sudeste.

Se considerarmos que o subemprego invisível é medido pela proporção da População Economicamente Ativa que tem rendimento inferior a um salário mínimo, os resultados de tal exercício projetam para o Nordeste um quadro extremamente sombrio em termos de pobreza, uma vez que entre 10 e 12 milhões de trabalhadores nordestinos, no ano 2000, estariam recebendo menos do que o salário mínimo. Se, adicionalmente, considerarmos que entre esses que recebem menos do que um salário mínimo, uma fração significativa, é constituída por trabalhadores sem rendimento e trabalhadores que auferiam menos do que metade do salário mínimo, então mais triste ainda é o quadro da pobreza regional.

É nesse sentido que se chama a atenção de que a questão nordestina não apenas seria a de geração de emprego, porque, conforme mostram as estatísticas, a população cria, mesmo que precariamente, seus próprios mecanismos de ocu-

TABELA 6
REGIÃO NORDESTE
ESTIMATIVA DO NÍVEL DE SUBEMPREGO VISÍVEL E INVISÍVEL SEGUNDO QUATRO HIPÓTESES DA PEA
1985-2000

HIPÓTESES	SUBEMPREGO	1985	1990	1995	2000
Hipótese I	Visível	2.678	2.961,1	3.259,7	3.552,8
	Invisível	7.590	8.392,1	9.238,2	10.068,8
Hipótese II	Visível	2.695,7	3.033,6	3.339,1	3.679,3
	Invisível	7.639,7	8.597,5	9.633,3	10.682,5
Hipótese III	Visível	2.780,3	3.200,5	3.673,6	4.154,6
	Invisível	7.880,3	9.070,6	1.041,1	11.774,4
Hipótese IV	Visível	2.799,3	3.296,1	3.847,6	4.449,1
	Invisível	7.933,4	9.341,4	10.904,4	12.609,0

FONTE DOS DADOS: FUNDAJ/DESTA 5 e SUDENE.⁹

pação, mas fundamentalmente de geração de empregos acompanhados da justa e necessária remuneração ao trabalhador, para que o mesmo viva em condições condignas.

CONCLUSÃO

As estimativas do volume da população nordestina economicamente ativa, quando combinadas com taxas de desemprego aberto e de subemprego, mostram que pelo menos 260 mil trabalhadores não encontrarão emprego no ano 2000, número esse que poderá chegar a quase 320 mil, dependendo do comportamento da fecundidade, da migração e taxas de atividade.

Esse montante de desempregados está subestimado já que as condições estruturalmente adversas do mercado de trabalho implicam que trabalhadores, que, em uma situação de existência de seguro-desemprego ou qualquer outra forma de garantia do seu rendimento, enquanto estivessem desempregados à procura de outro emprego, efetivamente permaneceriam fora do mercado de trabalho, estão impedidos de o fazer, sendo obrigados a engajarem-se em qualquer atividade que lhes garanta a sobrevivência. Associa-se a esta fonte de subestimação a deficiência da informação estatística advinda tanto da conceituação quanto da forma de apropriação da informação sobre emprego/desemprego.

Confirmando tais deficiências, o volume de subemprego (visível/invisível) demonstra não só a gravidade da problemática do emprego mas também da pobreza da população nordestina. De acordo com as estimativas da População Economicamente Ativa, e na hipótese de que no período 1985-2000 a taxa de subemprego invisível nordestino (64,9%) mantenha-se constante aos níveis de 1980, entre 10 e 12,6 milhões de trabalhadores nordestinos receberão como rendimento médio mensal, no máximo, um salário mínimo. Grande parte dos mesmos, mantidas as condições de 1980, não receberão nenhuma remuneração ou a terão menor do que a metade do salário mínimo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 FUNDAÇÃO IBGE. *Indicadores IBGE*. Rio de Janeiro, 2 (4/5), abril/maio de 1983.
- 2 ————. 5 (5), maio de 1986.
- 3 ————. *Censo Demográfico: Mão-de-obra*. Rio de Janeiro, IBGE, 1983.
- 4 FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO-FUNDAJ. *O comportamento provável da oferta de força de trabalho no Brasil: 1980-2000*. Recife, 1984.
- 5 ————. *O comportamento provável da oferta de força de trabalho no Nordeste: 1980-2000*. Recife, 1985.

- 6 MÉDICI, André César. Comparação dos conceitos e características referentes à população economicamente ativa investigadas ao longo dos censos demográficos. *Boletim Demográfico*, Rio de Janeiro, 13 (1): 25-41, jan./mar. 1982.
- 7 MOREIRA, Ana Amélia C. de M. & MOREIRA, Morvan de M. *Estimativas da população do Nordeste: 1985-1990-1995-2000*. Recife, SUDENE/PNUD/Banco Mundial, 1985.
- 8 SANTOS, Lygia P. A comparabilidade dos dados censitários de 1970 e 1980: possibilidades e dificuldades. Recife, 1984 (apresentado no seminário Nordeste: diferenciais demográficos e seus determinantes. Recife, FUNDAJ, fevereiro de 1984).
- 9 SUDENE. *Aspectos do quadro social para o Nordeste*. Recife, 1985.
- 10 ————. *Proposições de política social para o Nordeste*. Recife, 1983.
- 11 ————. *Indicadores sociais do Nordeste*. Recife, 1983.

